

**Lei nº 202/2.001, de 26/11/2.001**

**PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Umirim-CE. – 2.001  
2.002 a 2005**



República Federativa do Brasil - Estado do Ceará

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**Lei Nº 202/2.001, de 26 de NOVEMBRO de 2001.**

*"Dispõe sobre a Institucionalização do Plano Plurianual de Assistência Social do Município de UMIRIM-Ce".*

O Prefeito Municipal de UMIRIM, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE UMIRIM**, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

### **CAPITULO I DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE.**

Art. 1º - Fica definido o Plano Plurianual de Assistência Social em UMIRIM-CE.

Art. 2º - O Plano Plurianual de Assistência Social tem por finalidade assegurar a participação comunitária na elaboração, realização e implementação de políticas e diretrizes do Município na área de Assistência Social, de modo a contribuir com a expansão e elevação da qualidade destes serviços, adequando-as a realidade local, cuja cópia encontra-se em anexo único.

Art. 3º - Os programas, ações, projetos e benefícios da Assistência Social do Município são os constantes do Plano Plurianual de Assistência Social (Anexo Único).

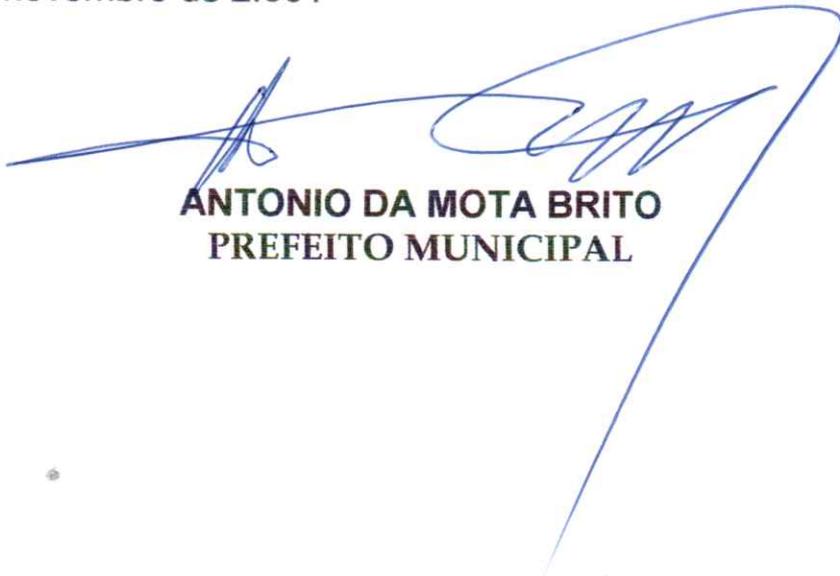
### **CAPÍTULO II DA DURAÇÃO**

Art. 4º - Este Plano Plurianual de Assistência Social terá a duração de Janeiro de 2002 a Dezembro de 2005.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL UMIRIM, aos  
de 26 de novembro de 2.001



**ANTONIO DA MOTA BRITO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**UMIRIM**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SEC. DE A. SOCIAL**  
**CONS. MUN. DE A. SOCIAL**

**ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 202/2.001, de 26/11/2.001**

---

**PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**2002 - 2005.**

---

**UMIRIM / 2001.**

# SUMÁRIO

## 1 - DIAGNÓSTICO

- 1.1 Histórico do Município
- 1.2 Trajetória da Assistência
- 1.3 Indicadores Básicos do Município
- 1.4 Indicadores Sociais
- 1.5 Benefícios, serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social e suas articulações
- 1.6 Campo de Ação da Assistência Social e a questão social

## 2 - OBJETIVOS

- 2.1 Geral
- 2.2 Específicos

## 3 - PRIORIDADES

## 4 - ESTRATÉGIAS

## 5 - AÇÕES

## 6 - RECURSOS HUMANOS DA ÁREA ASSISTENCIAL

## 7 - INFRA-ESTRUTURA

## 8 - SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

## 9 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

## 10 - REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

# **COMPOSIÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL**

**ANTÔNIO DA MOTA BRITO**  
⇒ PREFEITO MUNICIPAL

**JOSÉ AFRÂNIO PINHO PINHEIRO**  
⇒ VICE-PREFEITO

**IRANI AMARO PEIXOTO**  
⇒ CHEFE DE GABINETE

**FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA SALES**  
⇒ SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

**OSCAR MOTA BRITO**  
⇒ SEC. DE FINANÇAS

**HUMBERTO FERREIRA OSÓRIO**  
⇒ SEC. DE AGRICULTURA

**EMILIA MARIA SILVA LUNA**  
⇒ SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA SILVA**  
⇒ SEC. DE EDUCAÇÃO

**LUÍS ALENCAR SALES**  
⇒ SEC. DE INFRA-ESTRUTURA

**ROGÉRIO TEIXEIRA CUNHA**  
⇒ SEC. DE SAÚDE

9

# COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- EMÍLIA MARIA SILVA LUNA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ANGELA MARIA RODRIGUES SALES FEITOSA

CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMA DE MELHORIA HABITACIONAL

- FRANCISCA JAQUELINE SALES PINTO

CHEFE DA UNIDADE DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

- HAMANDA DA SILVA AZEVEDO ALCIDES

CHEFE DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A FAMÍLIA

- MARIA ELITA BRAGA FERREIRA

CHEFE DA UNIDADE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA

- FRANCISCA TELMA MOURA RODRIGUES

CHEFE DA UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO AO IDOSO

- MARIA ELIANE COSTA MOREIRA ARAÚJO

CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO

- LUCIA DE FATIMA FERNANDES PIMENTEL

CHEFE DA DIVISÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A GESTANTES

- VERA LUCIA UCHÔA PINHEIRO

CHEFE DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

- NARCELIO CUNHA MOURA

# COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Titular:** Emilia Maria Silva Luna

**Suplente:** Francisca Jaqueline Sales Pinho

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Titular:** Maria Heloísa de Sousa Chaves

**Suplente:** Liduina Santos Freitas

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Titular:** Rogério Teixeira Cunha

**Suplente:** Maria do Socorro Amaro Sousa

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Titular:** Franciel de Sousa Augusto

**Suplente:** José Agenor Mendes

### GABINETE DO PREFEITO

**Titular:** Irani Amaro Peixoto

**Suplente:** Eliane Costa Freire

### CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

Entidades Prestadoras de Serviço

#### PASTORAL DA CRIANÇA

**Titular:** Antonio Ramalho Neto

**Suplente:** Isaura Moura Peixoto de Sousa

#### ASSOCIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

**Titular:** José Ferreira Barroso

**Suplente:** Maria Gorete Dias

#### FUNDAÇÃO JOANA GOMES DA SILVA

**Titular:** Isabel da Mota Brito

**Suplente:** Francisca Diva Guedes Rocha

### ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS USUÁRIOS

#### SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

**Titular:** Salustiana Rodrigues Mota Teles

**Suplente:** Francisco Sales Mota

#### ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAXITORE

**Titular:** Benedito Sales Sobrinho

**Suplente:** Regina Cássia Ávila dos Santos

## **CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:**

### **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Titular:** Ângela Maria Rodrigues Sales Feitosa

**Suplente:** Eugênia dos Santos Paixão Augusto

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Titular:** Francisco Carlos Siqueira Ferreira

**Suplente:** Márcia Ribeiro Pinheiro

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Titular:** Maria Eliezita Linhares

**Suplente:** Mayrla da Silva Bezerra

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**Titular:** Francisco Fábio Rodrigues Marques

**Suplente:** Orleans Uchoa da Silva

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Titular:** Leônidas Teles Andrade

**Suplente:** Francisco Ivonisio de Sousa

#### **GABINETE DO PREFEITO**

**Titular:** Maria de Fátima Rocha Silva Ibiapina

**Suplente:** Fernanda Ferreira de Oliveira

### **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**

#### **PASTORAL DA CRIANÇA**

**Titular:** Maria do Socorro Carneiro

**Suplente:** Raimunda Barbosa da Silva

#### **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA IRACILVA NUNES DE LIMA**

**Titular:** Antonio de Oliveira Lima

**Suplente:** Ana Paula Gomes Paiva

#### **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES DO SERROTE**

**Titular:** Francisco de Assis Barroso

**Suplente:** Francisco Nogueira da Silva

#### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

**Titular:** João Leal Filho

**Suplente:** Salustiana Rodrigues Mota Teles

17

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO MOREIRA**

**Titular:** *Joana Ivone Matos da Silva*

**Suplente:** Maria do Socorro Almeida da Silva

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES DE CARNAUBINHA**

**Titular:** *Manoel Vasconcelos Lopes*

**Suplente:** Romildo Martins

## **COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

Maria Gorete Uchoa Sales Ribeiro

Júlio César da Silva Pinto

José Cláudio Silva Ferreira

Amanda Judite Barroso Aguiar

Francisco José Pinto Chaves



## 1. DIAGNÓSTICO

### 1.1. HISTÓRICO

A história da origem de Umirim é baseada em uma lenda. Segundo os mais antigos, duas famílias instalaram-se às margens de um riacho, as famílias Sales e Pereira. Certo dia alguém percebeu que no riacho havia uma sela perdida e supunha que seria de um cavaleiro que ao tentar atravessar o riacho fora arrastado pela correnteza. Daí originou-se o primeiro nome de Umirim, ou seja, RIACHO DA SELA, nome que oficialmente foi criado pelo ATO PROVINCIAL de 09 de Setembro de 1973.

No ano de 1937, Riacho da Sela passou a chamar-se RIACHUELO, nome este dado pela Lei Nº 346, de 10 de agosto. O nome Riachuelo foi em homenagem a Batalha Naval da guerra do Paraguai, travada em 11 de junho de 1865, no rio Paraná, entre a Esquadra Brasileira e a Esquadra Paraguaia.

UMIRIM, nome atual, é resultante de dispositivo do Decreto Lei Nº 1114, de 30 de dezembro de 1943. O nome Umirim é de origem Tupi-Guarani que significa riacho ou rio pequeno. Quem nasce em Umirim é Umiriense.

A Lei Estadual Nº 6.417, de 09 de julho de 1963, elevou, pela primeira vez, à categoria de município o Distrito de Umirim, desmembrado do município de Uruburetama. Sem, contudo, prevalecer a medida porque foi revogada pela Lei Nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965 (publicada no Diário Oficial do Estado Nº 9.276, de 15/12/1965).

Em 22 de janeiro de 1984 foi realizada uma consulta plebiscitária, visando a Emancipação Política do Distrito de Umirim.

Nesta eleição (plebiscito) votaram 2.909 (dois mil, novecentos e nove) eleitores, dos quais 2.839 (dois mil, oitocentos e trinta e nove) votaram SIM e 70 (setenta) votaram NÃO, resultado mais do que suficiente para elevar o Distrito de Umirim à categoria de Município.

Somente em 05 de fevereiro de 1985, através da Lei Estadual Nº 11.006, o Distrito de Umirim foi, pela segunda e definitiva vez, elevado à categoria de Município, desmembrando-se do Município de Uruburetama.

## 1.2. TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A trajetória da Assistência Social no Município alterna-se entre momentos de avanços e retrocessos.

No início da história política do município, há apenas 16 anos, durante a primeira gestão municipal, de 1985 a 1988, a assistência à população carente era feita através de programas mantidos por convênios com a extinta LBA. Existia o Programa de Complementação Alimentar - PCA, que beneficiava 50 famílias através da distribuição de leite. Mas as quatro creches existentes na época e o Programa de Alimentação Nutricional dirigido a 600 famílias encontravam-se desativados.

No momento seguinte, 1989 - 1992, foi mantido o convênio com a LBA, até o momento em que o então Presidente Fernando Collor o desativou por considera-lo assistencialista. Foram implementadas 24 creches e um grupo de 100 idosos, mantidos apenas com recursos da Prefeitura, apenas a Fundação Joana Gomes da Silva estava conveniada ao Programa Ação Continuada, pois mantinha um grupo com 100 idosos, existente até hoje. Foram criados, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDCA, em 17 de setembro de 1990, e o Conselho Tutelar, em 23 de março de 1992.

O apoio e assessoramento às associações foi bastante expressivo neste período e fomentou inclusive ações de geração de emprego e renda. Através da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Branco e Cacimbas foi firmado Convênio com a CBIA para aquisição de equipamentos de uma serraria comunitária, que funcionou em regime de cooperativa. A Prefeitura apoiou comprando a produção, para equipar as salas de aula do Município, e assessorando o gerenciamento da cooperativa. No distrito de Caxitoré foram implantados grupos de produção, que produziam redes de pesca com apoio financeiro da Prefeitura. Também em Caxitoré, através de convênios firmados entre a Associação Pró-Desenvolvimento do Caxitoré e a Associação da Indústria e Comércio, com o apoio da Prefeitura, foi construído e equipado o Galpão do Peixe, visando impulsionar a principal atividade do povo do distrito: a pesca.

A cultura também obteve grande êxito, recebendo apoio da Prefeitura via Secretaria de Assistência Social. Existiam na época: um grupo de teatro amador; grupo de danças folclóricas; grupo de pintura em tela; Banda de Música Municipal.

Existia também um grupo de escoteiros apoiado pela *Secretaria de Assistência Social* e que vinha suprir a carência de projetos voltados para os adolescentes, no município.

Durante a gestão de 1993 e 1996 foi assinado o Convênio com o Programa Ação Continuada, para atender 200 idosos e 22 creches. No entanto, muito do que havia sido conquistado deixou de existir por não ter continuidade dos trabalhos. Foi necessário reerguer o atendimento em creches realizando planejamento com os professores.

De 1997 a 2000 houve uma estagnação quase que total dos *serviços assistenciais*, retrocedendo-se à prática do assistencialismo. Creches e Conselhos estavam desativados e desarticulados. Foram criados: o Conselho Comunitário de Segurança e Defesa da Cidadania, em 11 de agosto de 1998, o Centro Vocacional Tecnológico - CVT, que atendeu cerca de 200 pessoas nos cursos de computação e o Conselho Municipal do Trabalho, em 23 de novembro de 1998.

A partir de 2001 teve início uma nova gestão municipal, que vem buscando reorganizar o município e oferecer gradativamente o maior número de serviços assistenciais à população. Foram reabertas e equipadas 18 creches municipais, reestruturados os grupos de convivência da 3ª idade, reestruturados os Conselhos de Assistência Social (CMAS), do Direito da Criança e do Adolescente (COMDCA), de Defesa Social (CCDS), de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), de Defesa Civil (COMDEC), realizados cursos de capacitação para o trabalho em parceria com o SENAC e FAT, que atenderam mais 200 pessoas, atendimento mensal pelo furgão PREVMÓVEL para encaminhamento de salário maternidade, pensão, aposentadoria e benefícios. Além dos auxílios funerários e para obtenção de documentação legal.

### 1.3. ASPECTOS GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS SOCIAIS E FINANCEIROS

#### 1.3.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

##### a) ASPECTOS GERAIS

- *Toponímia - palavra originária do tupi, que significa Rio Pequeno ou Riacho.*
- *Gentílico - Umiriense*
- *Município de Origem - Uruburetama*
- *Região Administrativa - 2*
- *Microrregião - Microrregião de Uruburetama*

##### DIVISÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA

DISTRITO	CÓDIGO	ANO DE CRIAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL
São Joaquim	231.375.730	1951	1.153,00
Umirim	231.375.705	1985	11.006,00
Caxitoré	231.375.720	1988	11.441,00

FONTE: IBGE/IPLANCE

##### SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização: no Estado: Norte

Latitude (S): 3°40'38"

Longitude (W): 39°21'01"

Área (km<sup>2</sup>): 321,3

Altitude da Sede (m): 60

Limites : Norte ⇒ São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Tururu

Sul ⇒ Pentecoste e Itapajé

Leste ⇒ São Luís do Curu

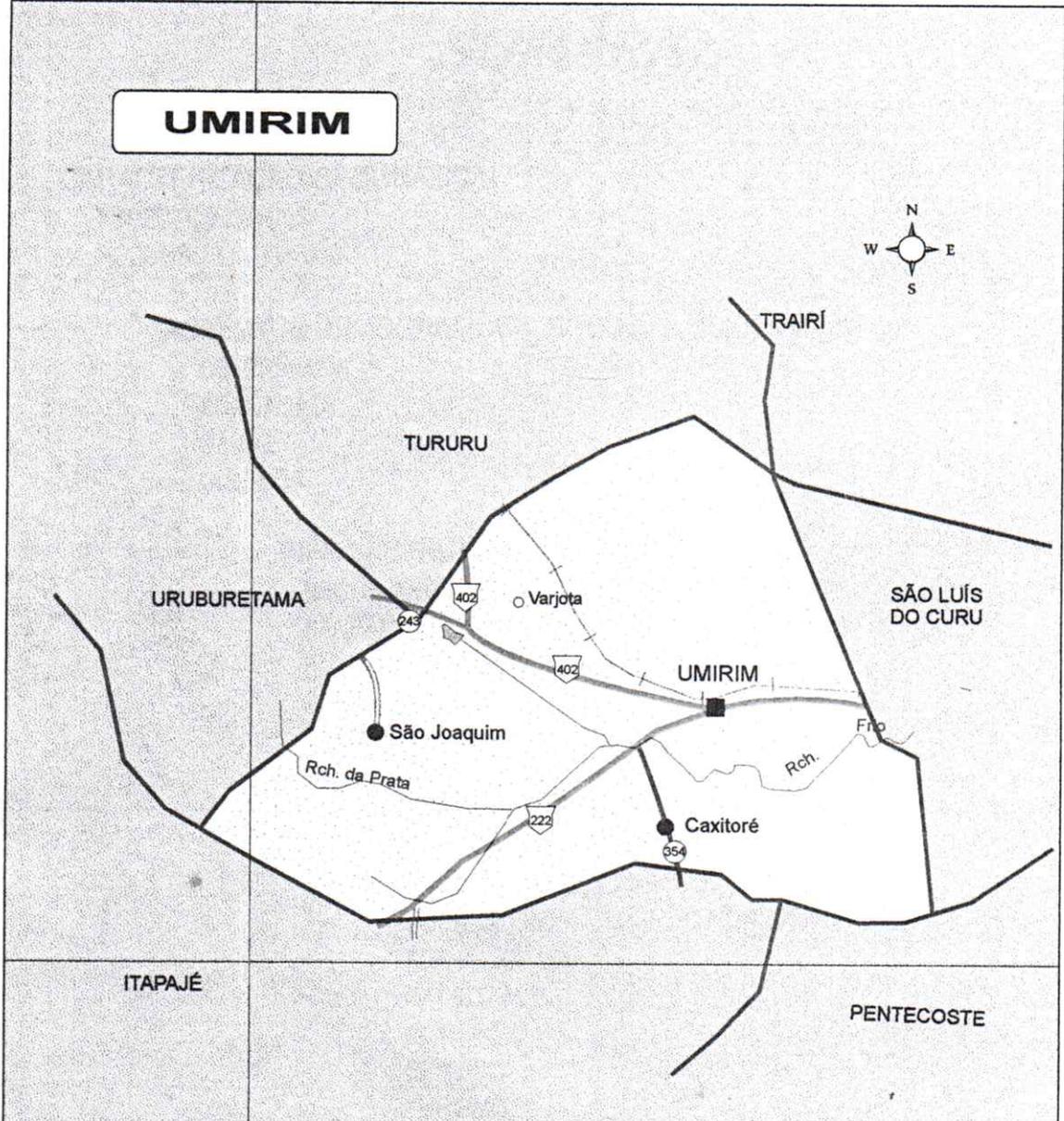
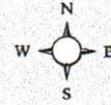
Oeste ⇒ Uruburetama e Tururu

FONTE: IBGE/IPLANCE

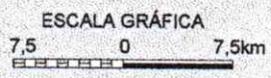
9

39°30'

# UMIRIM



3°45'



LEGENDA	
Limite Municipal	—
Sede Municipal	■
Distrito	●
Lugarejo/Local	○
Prefixo Rod. Fed, Est e Transitória	⊕ ⊗
Estrada de Ferro	—+—
Rodovia Pavimentada	—+—+—
Rodovia Implantada	—+—
Rodovia Leito Natural	—+—
Curso d'água permanente	— — —
Curso d'água intermitente	— : — : —
Lago, Lagoa	— ~ — ~ —
Açude, barragem	— ∇ — ∇ —

57

## CLIMA

TEMPERATURA	°C
Média das máximas:	31°C
Média das mínimas:	27°C

FONTE: FUNCEME/INMET

PLUVIOMETRIA (mm)	1997	1998	1999
Normal	1.275	1.275	1.274,5
Observada	488	267	757,7
Anomalia	-787	-1.008	-516,8

FONTE: FUNCEME/INMET

## b) RECURSOS NATURAIS

### UNIDADES FITOECOLÓGICAS

CLASSIFICAÇÃO	SIMBOLOGIA
Caatinga Arbustiva Densa	Cad
Floresta subcaducifolia tropical pluvial (Matas Secas)	Ms
Floresta subperenifolia tropical pluvio-nebular (mata úmida, serranas)	Vc

FONTE: IPLANCE/Atlas do Ceará 1997

### Unidade Geomorfológicas

PRINCIPAIS UNIDADES	SÍTIO DE VALOR PAISAGÍSTICO
Depressão Sertaneja submetida a Processos de Sedimentação	Vale do Rio Curu no setor sudeste do município e a feição litorânea do setor oriental.

Fonte: IPLANCE

## SOLOS

CLASSES	KM <sup>2</sup>	%
Solos Aluviais	13,1	4,08
Bruno Não Cálculo	17,22	5,36
Solos Litólicos	64,20	19,98
Podzólico Vermelho-Amarelo	224,59	69,90
Regossolo	2,18	0,68

FONTE: SUDENE/IPLANCE

9

### c) RECURSOS NATURAIS

#### Açudes Monitorados

AÇUDE/BACIA	CAPACIDADE (m <sup>3</sup> )	COTA (m)	VOLUME		VAZÃO (m <sup>3</sup> /h)
			(M)	%	
Bacia do Rio Curu	1.033.302.000	45,37	12.519.000	38	65

Fonte: COGERH

#### Poços Perfurados por Convênios pela SOHIDRA

LOCALIDADE	PROFUNDIDADE (m)	QUANTIDADE (V/d)	CONVÊNIOS
Barro Branco II	60,00	3.300	CARRO-PIPA
Barro Branco J	66,00	330	CARRO-PIPA

Fonte: SOHIDRA

## 1.3.2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

### DEMOGRAFIA

#### POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO

DISCRIMINAÇÃO	1991		1996		1998*		1998*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	15.331	100,00	15.256	100,00	15.225	100,00	15.208	100,00
Urbana	7.745	50,52	8.369	54,86	8.631	56,69	8.764	57,63
Rural	7.586	49,48	6.887	45,14	6.594	43,31	6.444	42,37

FONTE: IBGE - Censo Demográfico/1991 e Contagem da População/1996  
Estimativas do IPLANCE com base na taxa geométrica anual de crescimento populacional 1991-1996

#### POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DISTRITOS - 1996

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
São Joaquim	2.825	2.635	5.460
Urbana	965	937	1.902
Rural	1.860	1.698	3.558
Umirim	4.151	4.004	8.155
Urbana	2.727	2.715	5.442
Rural	1.424	1.289	2.713
Caxitoré	854	787	1.641
Urbana	522	503	1.025
Rural	332	284	616

FONTE: IBGE / IPLANCE

47

## POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO DE IDADE - 1996

GRUPOS DE IDADE	NÚMERO	(%)
TOTAL	15.256	100,00
Menos de 1 ano	433	2,84
1 a 4 anos	1.767	10,99
5 a 9 anos	2.073	13,59
10 a 14 anos	2.001	13,12
15 a 19 anos	1.710	11,21
20 a 24 anos	1.296	8,50
25 a 29 anos	1.058	6,93
30 a 34 anos	884	5,79
35 a 39 anos	698	4,58
40 a 44 anos	594	3,89
45 a 49 anos	616	4,04
50 a 54 anos	434	2,84
55 a 59 anos	434	2,84
60 a 64 anos	375	2,46
65 a 69 anos	325	2,13
70 a 74 anos	271	1,78
75 a 79 anos	166	1,09
80 anos ou mais	193	1,27
Idade Ignorada	19	0,12

FONTE: IBGE

### Origem das Pessoas Não Naturais do Município

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO	%
Total	655	100,00
Outra unidade de federação	44	6,72
Mesma unidade de federação	610	93,13
País estrangeiro	-	-
Local ignorado	1	0,15

FONTE: IBGE

### Indicadores Demográficos

DISCRIMINAÇÃO	1991	1996
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	52,86	47,48
Taxa geométrica de crescimento anual (%) <sup>(1)</sup>		
Total	0,80	-0,10
Urbana	4,34	1,56
Rural	-1,73	-1,91
Taxa de urbanização (%)	50,52	54,86
Razão de sexo - homem / mulher	104,47	105,44
Participação nos grandes grupos populacionais (%)		
0 a 14 anos	43,89	40,58
15 a 64 anos	50,59	53,15
65 anos e mais	5,52	6,27
Razão de dependência <sup>(2)</sup>	97,67	88,13

FONTE: IBGE-Censo Demográfico - 1991 e Contagem da População - 1996

(1) É o quociente entre a "população dependente", isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a "população potencialmente ativa" isto é, pessoas com idade entre 15 a 64 anos.

## DOMICÍLIOS

### NÚMERO DE DOMICÍLIOS, MÉDIA DE MORADORES/DOMICÍLIOS

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	Nº /DOMICÍLIOS	MÉDIA DE MORADORES/DOMICÍLIO	
		MUNICÍPIO	ESTADO
TOTAL	3.195	4,77	4,41
Urbana	1.799	4,65	4,29
Rural	1.396	4,93	4,71

Fonte: IBGE

## SAÚDE

### Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde, por Tipo de Prestador

TIPO DE PRESTADOR	NÚMERO	%
Total	7	100,00
Pública		
Municipal	7	100,00

Fonte: SESA

### Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO	%
Total	7	100,00
Posto de Saúde	1	14,29
Unidade Mista	1	14,29
Outro	5	71,43

Fonte: SESA

### Leito por Tipo de Prestador

TIPO	NÚMERO	%
Total	11	100,00
Federal	-	-
Municipal	11	100,00
Estadual	-	-
Contratado	-	-
Filantropico	-	-

Fonte: SESA

### Profissionais de Saúde

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO
Total	75
Médicos	9
Dentistas	2
Enfermeiros	7
Outros profissionais de saúde/nível superior	1
Agentes comunitários de saúde	30
Outros profissionais de saúde/nível médio	26

Fonte: SESA

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas

### Programa de Saúde da Família

INDICADORES	QUANTIDADE
Agentes de Saúde	30
Famílias acompanhadas	2.911
População assistida	12.837
<i>Crianças acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde</i>	
(%)	47
Até 4 meses só mamando	75
De 0 a 11 meses com vacina em dia	15
De 0 a 11 meses subnutridas*	32
De 12 a 23 meses subnutridas*	4,3
Peso < 2,5 kg ao nascer	

Fonte: SESA

\* Crianças com peso inferior a P<sub>10</sub>

### Doenças Notificáveis

DISCRIMINAÇÃO	CASOS NOTIFICADOS
Hanseníase	1
Tuberculose	14

Fonte: SESA

### Cobertura Vacinal em Menores de 1 ano, por Tipo de Vacina

DISCRIMINAÇÃO	IMUNIZAÇÃO (%)
Pólio	100,00
Tríplice	96,53
Sarampo	95,60
BCG	100,00

Fonte: SESA

### Principais Indicadores de Saúde

DISCRIMINAÇÃO	REGISTRO	
	MUNICÍPIO	ESTADO
Atendimento médico / 100 hab.	242,96	267,35
Atendimento odontológico / 100 hab.	43,49	106,99
Nascidos vivos	330	105.677
Óbitos	12	3.694
Taxa de mortalidade infantil / 1.000	36,40	34,96
Leitos / 1.000 hab. <sup>(1)</sup>	0,72	2,41
Unidades de Saúde / 1.000 hab. <sup>(1)</sup>	0,46	0,34

Fonte: SESA

Nota. Para os municípios com um número de nascidos vivos inferior a 500 não foi calculada a taxa de mortalidade infantil por inconsistência da informação.

89

## EDUCAÇÃO

### Docentes, Matrícula Inicial e Salas de Aula - 1999

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	DOCENTES		MATRÍCULA INICIAL		SALAS DE AULA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	242	100,00	6.724	100,00	110	100,00
Federal	-	-	-	-	-	-
Estadual	12	4,96	706	10,50	6	5,45
Municipal	223	92,15	5.931	88,21	101	91,82
Particular	7	2,89	87	1,29	3	2,73

Fonte: SEDUC

### Escolas, Fundações Docentes e Matrícula Inicial - 1999

NÍVEIS DE ENSINO/DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ESCOLAS <sup>(1)</sup>		FUNÇÕES DOCENTES <sup>(2)</sup>		MATRÍCULA INICIAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação Infantil	45	100,00	68	100,00	1.320	100,00
-Federal	-	-	-	-	-	-
-Estadual	-	-	-	-	-	-
-Municipal	43	95,56	62	91,18	1.244	94,24
-Particular	2	4,44	6	8,82	76	5,76
Ensino Fundamental	37	100,00	150	100,00	4.362	100,00
-Federal	-	-	-	-	-	-
-Estadual	1	2,70	12	8,00	610	13,98
-Municipal	35	94,59	137	91,33	3.741	85,76
-Particular	1	2,70	1	0,67	11	0,25
Ensino Médio	1	100,00	18	100,00	362	100,00
-Federal	-	-	-	-	-	-
-Estadual	-	-	-	-	-	-
-Municipal	1	100,00	18	100,00	362	100,00
-Particular	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC)

(1) Pode ser a escola específica ou comum com outros níveis de ensino

(2) Representam os contratos efetuados para a regência de classe, podendo um professor ter mais de um contrato para lecionar no mesmo, ou não, grau modalidade de ensino.

### Características da Escola - 1999

CARACTERÍSTICAS	ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de escolas	1	100,00	55	100,00	2	100,00
Prédio próprio	1	100,00	33	60,00	2	100,00
Prédio alugado	-	-	-	-	-	-
Prédio cedido	-	-	22	40,00	-	-
Com energia elétrica	1	100,00	32	58,18	2	100,00
Com água	1	100,00	49	89,09	2	100,00
Com esgotamento sanitário	1	100,00	49	89,09	2	100,00

Fonte: Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC)

### Escolas com Equipamentos - 1999

DISCRIMINAÇÃO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Nº	EQUIP. ESCOLA	Nº	EQUIP. ESCOLA	Nº	EQUIP. ESCOLA
Total de escolas	1	-	55	-	2	-
Vídeo	2	2,00	-	-	-	-
TV	6	6,00	16	0,29	-	-
Retroprojektor	1	1,00	4	0,07	-	-
Aparelho de som	2	2,00	-	-	-	-
Microcomputador	1	1,00	-	-	-	-
Impressora	1	1,00	-	-	-	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC)

### Educação de Jovens e Adultos - 1999

MATRÍCULAS	ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	96	100,00	584	100,00	-	-
Alfabetização	-	-	274	46,92	-	-
Ensino Fundamental	96	100,00	310	53,08	-	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC)

### Pessoas que freqüentam Ensino Superior - 1996

DISCRIMINAÇÃO	SUPERIOR		MESTRADO	
	Nº	%	Nº	%
Total	11	100,00	-	-
15 anos ou mais	11	100,00	-	-
Idade ignorada	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9

## Principais Indicadores Educacionais - 1999

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
		ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Atendimento (%)				
-0-6 anos	44,27	--	--	--
-7-14 anos	98,68	--	--	--
-15-17 anos	83,46	--	--	--
Escolarização líquida (%)				
-Educação Infantil	42,97	--	--	--
-Ensino Fundamental	96,59	--	--	--
-Ensino Médio	7,38	--	--	--
Aprovação				
-Ensino Fundamental	72,39	75,99	71,70	100,00
-Ensino Médio	75,97	--	75,97	--
Reprovação				
-Ensino Fundamental	7,54	6,77	7,69	--
-Ensino Médio	1,55	--	1,55	--
Abandono				
-Ensino Fundamental	16,56	13,11	17,20	--
-Ensino Médio	21,45	--	21,45	--
Repetência				
-Ensino Fundamental	11,26	4,26	12,43	--
-Ensino Médio	3,59	--	3,59	--
Distorção idade-série				
-Ensino Fundamental	-	72,62	65,01	--
-Ensino Médio	-	--	84,25	--

Fonte: Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC)

## CULTURA

### Bibliotecas Públicas Municipais, Teatros e Museus

DISCRIMINAÇÃO	NUMERO
Bibliotecas*	1
Teatros	-
Museus	-

Fonte: SECULT

## INFRA-ESTRUTURA

## SANEAMENTO

### Abastecimento d'Água

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	% SOBRE O TOTAL DO ESTADO
Ligações reais	2.232	881.465	0,25
Rede de distribuição	22.810	7.708.978	0,30
(m)	367.689	247.354.671	0,15
Volume produzido			
(m <sup>3</sup> )			

Fonte: CAGECE

9

## ENERGIA ELÉTRICA

### ENERGIA ELÉTRICA

#### Consumo e Consumidores de Energia Elétrica - 1998

CLASSES DE CONSUMO	CONSUMO			NÚMERO DE CONSUMIDORES
	MWh	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO	
Total	3.758	100,00	0,07	2.602
Residencial	1.634	43,48	0,09	2.243
Industrial	69	1,84	-	15
Comercial	301	8,01	0,03	120
Rural	872	23,20	0,25	152
Público	880	23,42	0,13	70
Próprio	2	0,05	0,02	2

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE)

## COMUNICAÇÃO

### CORREIOS - 1998

UNIDADES DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Agências de correio	1
Caixas de coleta	1

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT)

### Terminais Telefônicos - 1997

TERMINAIS	QUANTIDADE
Instalados	
Convencionais	-
Celulares	-
Em serviço	
Convencionais	146
Telefones públicos	4
Celulares	9

Fonte: Telecomunicações do Ceará

## TRANSPORTES

### RODOVIÁRIO

#### Posição Relativa à Capital - 1998

DISTÂNCIA (km)	VIAS DE ACESSO
92,5	BR-222

Fonte: Departamento de Edificações, Rodovias e Transporte (DERT)-Fundação Instituto de Pesquisas e Informação do Ceará (IPLANCE)

## Carteiras de Habilitação Expedidas - 1998

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CARTEIRAS	
	1997	1998
Total	-	247
Homens	-	233
Mulheres	-	14

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)-Divisão de Estatística

## Frota de Veículos - 1998

VEÍCULOS	QUANTIDADE
Tipo de veículo	259
Automóvel	117
Caminhonete	58
Ônibus	3
Micro-ônibus	1
Motocicleta	53
Caminhão	24
Reboque	2
Semi-reboque	-
Outros	1
Tipo de Combustível	259
Álcool	31
Gasolina	179
Diesel	47
Outro	2

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)-Divisão de Estatística

## ECONOMIA E FINANÇAS

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA

#### Classes de Área Total - Abril/1999

CLASSES (ha)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (ha)
Total	190	21.199,9
-Até 5	-	-
-Mais de 5 a 10	7	20,8
-Mais de 10 a 50	18	150,3
-Mais de 50 a 100	88	2.317,1
-Mais de 100 a 500	36	2.574,4
-Mais de 500 a 1.000	33	7.256,5
-Mais de 1.000 a 5.000	5	3.489,7
-Mais de 5.000 a 10.000	3	5.391,1
-Mais de 10.000 a 50.000	-	-
-Mais de 50.000	-	-
sem declaração	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

\* A classe de área total "igual a 0" refere-se a imóveis sem informação de área.

9

### Categoria de Imóvel - 1999

MÓDULOS FISCAIS	IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	PRODUTIVA		NÃO PRODUTIVA	
		(ha)	IMÓVEIS	ÁREA (ha)	IMÓVEIS	ÁREA (ha)
Total	190	21.199,9	39	10.124,5	58	9.458,1
-Minifúndio/não classificado	93	1.617,3	-	-	-	-
-Pequena propriedade	69	4.943,4	28	1.685,3	41	3.258,1
-Média propriedade	21	6.280,4	7	2.367,1	14	3.913,3
-Grande propriedade	7	8.358,8	4	6.072,1	3	2.286,7

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Sistemas de Estatísticas Cadastrais

### Área Total e Distribuição das Áreas Exploráveis - 1998

DISCRIMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	MUNICÍPIO/ESTADO
Total de Imóveis	169	120.214	0,14
Área total (há)	19.001,9	8.375.460,7	0,23
Área explorável			
-Imóveis	169	120.106	0,14
-Área (ha)	15.850,9	7.364.887,6	0,22
Explorada			
-Imóveis	165	118.481	0,14
-Área (ha)	13.531,8	5.992.194,8	0,23
Não utilizada			
-Imóveis	116	64.466	0,18
-Área (ha)	2.319,1	1.372.692,8	0,17

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Sistemas de Estatísticas Cadastrais

### PRODUTO INTERNO BRUTO

#### Produto Interno Bruto a Preço de Mercado - 1997

DISCRIMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	% SOBRE PIB ESTADUAL
PIB total (R\$ milhão)	14,64	17.454,07	0,08
PIB per capita (R\$ 1,00)	961	2.522	--

Fonte: IBGE/IPLANCE

9

## VOCAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

### Atividades Prioritárias para Financiamento pelo Banco do Nordeste - 1997

PRIORIDADE	SUBSETOR	ATIVIDADE
Alta prioridade	Agricultura	Algodão herbáceo sequeiro Caju sequeiro Mandioca sequeiro
	Pecuária	Bovinocultura leite intensiva Bovinocultura leite semi-intensiva
Média prioridade	Agricultura	Manga irrigada Melão/melancia irrigada
Baixa prioridade	Extrativismo e Silvicultura	Pesca artesanal
	Pecuária	Apicultura fixa Caprinocultura corte semi-intensiva Caprinocultura leite intensiva Caprinocultura leite semi-intensiva Ovinocultura extensiva

Fonte: Banco do Nordeste (BN)

## AGROPECUÁRIA

### Lavoura - 1999

PRODUTOS	ÁREA	PRODUÇÃO(t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000,00)
Acerola	70	228	3.257	68,40
Algodão arbóreo (em caroço)	26	5	192	3,00
Algodão herbáceo (em caroço)	70	50	714	30,00
Arroz	50	54	1.080	20,52
Banana (1.000 cachos)	16	10	625	7,20
Cana-de-açúcar	25	750	30.000	22,50
Castanha de caju	380	91	239	77,35
Coco da baía (1.000 frutas)	8	40	5.000	12,00
Feijão	1.005	270	269	202,50
Manga (1.000 frutas)	5	225	45.000	5,63
Milho	1.200	756	630	181,44

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

### Extrativa Vegetal - 1995

PRODUTOS	PRODUÇÃO(t)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000,00)
Babaçu (carvão vegetal)	38	6
Castanha de caju	1	-
Lenha (m <sup>3</sup> )	172.777	544
Madeira (m <sup>3</sup> )	35.811	448

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

9

## Pecuária - 1997

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Bovino	Cabeça	10.533
Suíno	Cabeça	1.688
Bubalino	Cabeça	4
Eqüino	Cabeça	201
Asininos	Cabeça	316
Muare	Cabeça	73
Coelho	Cabeça	-
Ovino	Cabeça	1.446
Caprino	Cabeça	904
Leite	1.000 Lt.	1.106
Galinha	Cabeça	3.564
Galos, frangos, frangas e pintos	Cabeça	9.479
Codorna	Cabeça	-
Ovos de galinha	1 dúzia	12
Ovos de codorna	1 dúzia	-
Mel de abelha	Kg	-

Fonte: IBGE

## INDÚSTRIA

### Estabelecimentos Industriais - 1998

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		
	NÚMERO	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO
Total	4	100,00	0,03
-Transformação	4	100,00	0,04

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

### Indústria de Transformação, por Gênero de Atividades, - 1998

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		
	NÚMERO	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO
Total	4	100,00	0,04
Produtos de minerais não metálicos	2	50,00	0,23
Madeira	1	25,00	0,20
Produtos alimentares	1	25,00	0,04

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

## COMÉRCIO

### Estabelecimentos Comerciais, por Setor - 1998

SEGMENTOS	ESTABELECIMENTOS		
	NÚMERO	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO
Total	73	100,00	0,08
Atacadista	-	-	-
Varejista	73	100,00	0,09

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

## Comércio Varejista, por Gênero de Atividades - 1998

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECEMENTOS		
	NÚMERO	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO
Total	73	100,00	0,09
Pescados, animais, carnes e derivados	2	2,74	0,15
Produtos de gêneros alimentícios	55	75,34	0,13
Bebidas em geral	1	1,37	0,08
Vest, artefatos de tecidos, calç. e art. de boutiques, armar. e miudezas.	6	8,22	0,04
Perfumaria e produtos químicos	2	2,74	0,09
farmacêuticos	1	1,37	0,02
Material para construção em geral	4	5,48	0,10
Veículos, peças e acessórios	2	2,74	0,15
Combustíveis e lubrificantes.			

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

## SERVIÇOS

### Estabelecimentos de Serviços - 1998

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECEMENTOS		
	NÚMERO	% SOBRE TOTAL DO MUNICÍPIO	% SOBRE TOTAL DO ESTADO
Total	2	100,00	0,04
Transportes	1	50,00	0,15
Saneamento, limpeza urbana e construção	1	50,00	0,05

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

## FINANÇAS PÚBLICAS

### Receita Municipal - 1998

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA	
	VALOR CORRENTE (R\$)	% SOBRE A RECEITA TOTAL
Receita Total	4.419.019,78	100,00
Receitas correntes	4.406.474,60	99,72
-Receita Tributária	37.674,65	0,85
-Transferências correntes	4.363.076,09	98,73
Cota-parte do FPM	1.959.467,12	44,34
Cota-parte do ICMS	413.453,12	9,36
Outras transferências	1.990.155,85	45,04
-Outras receitas correntes	5.723,86	0,13
Receitas de capital	12.545,18	0,28

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) - Balanços Gerais das Prefeituras

### Receita Estadual Arrecadada - 1998

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		
	VALOR CORRENTE (R\$)	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO NO MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO NO ESTADO
Receita Total	27.786,00	100,00	-
Receita Tributária	25.314,35	91,10	-
ICMS	14.458,29	52,03	-
Outras receitas	10.856,06	39,07	0,02
Demais receitas	2.471,65	8,90	-

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

9

### Receita da União Arrecadada - 1998

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		
	VALOR CORRENTE (R\$)	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO NO MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO NO ESTADO
Receita Total	6.052	100,00	-
Arrecadação do IPI	-	-	-

Fonte: Secretaria Regional da Receita Federal (SRRF)

### Despesa Municipal - 1998

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	
	VALOR CORRENTE (R\$)	% SOBRE A DESPESA TOTAL
Total	5.270.315,74	100,00
Despesas correntes	4.588.941,37	87,07
Pessoal	1.625.107,69	30,84
Outras despesas correntes	2.963.833,68	56,24
Despesas de capital	681.374,37	12,93

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SOCIAL

### Eleições - 1998 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1998		2000	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Eleitores	10.964	100,00	11.469	100,00
Volantes	7.928	72,31	9.365	81,65
Abstencões	3.036	27,69	2.104	18,35

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)-Coordenadoria de Estatística e Informação - Seção de Estatísticas Eleitorais

### Eleitores por sexo - 2000

ELEITORES	NÚMERO	%
Total	11.469	100,00
Masculino	5.865	51,14
Feminino	5.549	48,37
Não informado	55	0,48

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

### Eleitores por Grau de Instrução - 2000

ELEITORES	NÚMERO	%
Total	11.469	100,00
Analfabetos	2.641	23,03
Lê e Escrever	4.010	34,96
1º grau incompleto	3.459	30,16
1º grau completo	395	3,44
2º grau incompleto	510	4,45
2º grau completo	303	2,64
Superior incompleto	32	0,28
Superior completo	43	0,37
Grau não informado	76	0,66

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

9

### Entidades Sociais Cadastradas no Sistema de Ação Social - 2000

ENTIDADES SOCIAIS	NÚMERO	%
Total	6	100,00
Associações	4	66,67
Centros	1	16,67
Fundações	1	16,67
Conselhos	-	-
Sociedades	-	-
Outras	-	-

Fonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social (SAS)

### JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

#### Efetivo Militar - 1998

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO
Total	5
Sub-Tenente	-
Sargento	1
Cabo	1
Soldado	3

Fonte: SSP

#### 1.4. INDICADORES SOCIAIS

O jovem município de Umirim, elevado a esta categoria há apenas 16 anos, já que sua emancipação data de 05 de fevereiro de 1985, apresenta sérios problemas econômicos e sociais próprios de um município em desenvolvimento e comprovados através do seu IDH, que corresponde a 0,338, o municipal, e 0,396 o regional.

Umirim não possui uma base econômica sólida, sua economia está calcada em atividades agropecuárias, com destaque para agricultura de sequeiro (algodão, caju, mandioca).

As atividades dos setores secundários e terciários (Indústria - 0,03%; Comércio - 0,09%; Serviços - 0,04%) são insignificantes diante do total de estabelecimentos do Estado.

O Produto Interno Bruto, em 1997, segundo estimativas do IPLANCE foi de R\$ 14.640.000,00, cerca de 0,08% do PIB do Estado, ocupando o 122º lugar no ranking dos Municípios do Ceará.

O aspecto econômico reflete-se diretamente no desenvolvimento social, o que pode ser constatado a partir de indicadores que são preocupantes e representam um grande desafio a ser superado.

Os principais problemas de saúde do município são estruturais: saneamento, educação, desemprego, condições de moradia, prostituição, fumo, drogas. Chegou-se a esta constatação a partir de fatores que contribuem para aumentar os riscos de adoecer e morrer, apontados pela própria população durante as Conferências Microrregionais realizadas no município: baixa renda familiar, condições de moradia precárias, saneamento básico precário, baixo nível de alfabetização, falta de educação sanitária, desinformação da população a cerca dos serviços, concepção assistencialista da população, falta de resolutividade hospitalar e medicamentos, instalações precárias de algumas das unidades de saúde.

A desinformação e a falta de estrutura constituem portanto, fontes condicionantes na origem das doenças que atingem a população de Umirim. Segundo a pesquisa nos prontuários de consultas realizadas no ano 2000, na unidade hospitalar, os índices de morbidade mais expressivos são: aparelho respiratório (30%); aparelho digestivo (20%); aparelho urinário (16%); aparelho circulatório (11%) e dermatoses em geral (10%).

No entanto, a maior taxa de mortalidade corresponde a causas

externas - 29,4% em 1999 - excedendo a estadual em 16,3 percentuais. Atribui-se este dado ao fato da Sede do Município ser cortada pela BR.222, favorecendo acidentes automobilísticos e atropelamentos.

As demais causas de mortalidade, referentes a todas as idades, em 1999 são: problemas circulatórios (26,5%); doenças respiratórias (8,8%); doenças infecciosas e parasitárias (8,8%); afecções perinatais (5,9%), todas próximas aos percentuais do Estado, o que preocupa as autoridades de saúde do Município.

Em relação à saúde da criança, a preocupação torna-se maior, pois os índices apontam graves problemas. Em 1998, 40% das crianças menores de 1 ano morreram vítimas de afecções perinatais; 20% doenças infecciosas e parasitárias; 20% doenças do aparelho respiratório e 20% demais causas definidas (dados do MS/SE/DATASUS).

Do total de crianças acompanhadas pelo Programa Agente de Saúde, em 1998, 47% com idade até 04 meses só mamavam, 75% das crianças de 00 a 11 meses estavam com vacinas em dia, a subnutrição atingia 15% das crianças de 00 a 11 meses e 32% das crianças de 12 a 23 meses, 4,3% nasceram com peso abaixo de 2,5 kg (Anuário Estatístico do Ceará - 1998 - 1999).

Em 2000, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, 7,0% das crianças nascidas vivas estavam com baixo peso. A taxa de mortalidade em menores de 1 ano corresponde a 18,99 por 1.000; a taxa de hospitalização por desidratação em menores de 5 anos é de 155 por 1.000 e a prevalência da desnutrição em menores de 2 anos é de 157 por 1.000.

É significativo e preocupante o percentual de gravidez na adolescência, 29,8%, já que as adolescentes não estão física e emocionalmente preparadas para gerar e criar uma criança, desencadeando alto número de abortos, rejeição e abandono dos recém-nascidos faltam de cuidados com o bebê.

Estes dados refletem a grande carência da população em vários aspectos: informação, boa alimentação, boas condições de habitabilidade e higiene. Estão sendo desenvolvidas ações no sentido de reverter este quadro: a cobertura pré-natal atinge cerca de 89,39% das gestantes, que estão com vacinas em dia; e a cobertura dos clientes atendidos com métodos de planejamento familiar é maior ou igual à cobertura do Estado; a rede de assistência à saúde vem sendo ampliada, hoje existem 02 Postos de Saúde, 01 Unidade Hospitalar Obstétrica e 04 equipes do Programa Saúde da Família; dos Serviços de

9

Assistência à Saúde o Município conta com Vigilância Sanitária, Assistência Farmacêutica e Zoonoses.

A Educação no Município também requer cuidados especiais. A estruturação e reestruturação dos imóveis que abrigam creches são fatores prioritários, bem como a capacitação do quadro funcional.

As dezoito creches que funcionam atualmente, na Sede, distritos e localidades, não são suficientes para cobrir a demanda. Estima-se que uma média de 200 crianças estão fora das creches e sem nenhum tipo de atendimento que equivalha-se. Muitas destas creches estão funcionando em condições deficientes, necessitando de reformas urgentes. A creche modelo que existe na Sede do Município foi encontrada em condições precárias e requer reforma geral. O seu funcionamento possibilitaria o atendimento de parcela significativa das crianças que estão fora das creches. É necessário também, construir cerca de 06 novos prédios em algumas localidades, para suprir a demanda.

A reciclagem dos profissionais que atuam diretamente com estas crianças (00 a 06 anos) é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, que realmente venha cumprir seus objetivos, quais sejam: enriquecer o universo informativo, lúdico e cultural da criança, com atenção especial à alimentação, higiene e saúde bucal.

Com relação ao ensino fundamental e médio, os dados são os seguintes, no ano de 1999: no ensino fundamental 72,39% aprovados, 16,56% evadiram e 11,26% repetiram a série; no ensino médio 75,97% foram aprovados, a evasão correspondeu a 21,45% e à reprovação foi de 3,59%.

Atualmente existem 30 escolas do ensino fundamental no Município. Em muitas delas foi necessária a ampliação ou construção de novas salas de aula para atender a demanda. Nota-se que estas escolas não têm condições de oferecer aos adolescentes a estrutura necessária para o seu desenvolvimento mais amplo, muitas delas não possuem ao menos uma biblioteca.

Aos adolescentes restam poucas alternativas de integração sadia com a comunidade, o que contribui para o envolvimento com drogas, prostituição, marginalidade e incidência de gravidez precoce.

É necessário, portanto, criar espaços de integração e desenvolvimento social que atenda a esta parcela da população, contribuindo para sua formação pessoal, intelectual e dando-lhe orientação e apoio.

9

A criação de espaços de capacitação profissional para jovens também é importante, pois estes terão oportunidade de ocupar-se ativamente e positivamente, vislumbrando inclusive o exercício de uma futura profissão.

Quanto aos idosos, não existem dados suficientes para acompanhar o envelhecimento da população. Sabe-se que em 1996 existiam 375 pessoas com idade entre 60 e 64 anos e 325 pessoas com idade entre 65 e 69 anos (Dados do Anuário Estatístico do Ceará - 1998 - 1999). Não existem dados que indiquem o número de idosos no Município atualmente, mas é plenamente possível que este número tenha aumentado. No entanto, o número de idosos atendidos pelo Programa de Ação Continuada não se alterou, continua sendo 200.

Não existe registro da quantidade de deficientes no Município, mas é certo que estes encontram grandes dificuldades, principalmente em relação a tratamentos e acompanhamentos, já que Umirim não conta com corpo clínico e espaço especializados para atender essa demanda.

A questão do emprego e renda é uma das mais sérias, pois existem poucas oportunidades de emprego na cidade. Daí se explica o número elevado de homens (8.861) em relação ao número de mulheres (8.480) no Município, pois estas migram para a capital em busca de emprego, a maioria como empregadas domésticas. As mulheres são grandes contribuidoras da renda familiar.

A atração de indústrias, o apoio aos grupos produtivos e aos artesãos, através das associações comunitárias, são alternativas possíveis à superação do problema da falta de emprego e geração de renda no Município.

## 1.5. BENEFÍCIOS, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS ARTICULAÇÕES.

A Prefeitura Municipal de Umirim, desenvolve uma série de ações no âmbito da Assistência Social, destacando-se:

- **Portal do Alvorada** - Projeto Alvorada  
Público alvo - famílias que necessitam de atenção das políticas públicas sociais para que possam ter acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade.

Objetivo - reunir todas as informações referentes aos programas que compõem o Projeto e repassar estas informações à população, além de cadastrar famílias de baixa renda e encaminhá-las aos serviços existentes; acompanhar a implantação dos programas, entre outros.

- **Programa Ação Continuada - Creche** - (Desenvolvido pela Prefeitura Municipal, Fundação Joana Gomes da Silva e Associação Comunitária de São Joaquim).  
Público alvo - crianças de 02 a 06 anos.

Objetivo - Desenvolver atividades voltadas a enriquecer o universo informativo, lúdico e cultural da criança, com atenção à alimentação, higiene e saúde bucal.

### **Atendimento em creche:**

#### 01. Creche Criança Feliz:

- Prefeitura - Sede - Bairro dos Trabalhadores - 40 crianças.
- Fundação Joana Gomes da Silva - 40 crianças;

02. Creche Mãe Concebida - Sede - B. do Posto - 62 crianças;

03. Creche Tio Patinhas - Sede - B. Tancredo Neves - 101 crianças;

04. Creche Jardins das Oliveiras - Comunidade Oiticica - 21 crianças;

05. Creche Ideuzuíla - Comunidade Umari - 20 crianças;

06. Creche Vovó Ijair - Comunidade Recife - 24 crianças;

07. Creche Tia Leonor - Comunidade Barro Branco - 24 crianças;

08. Creche Pequeno Polegar - Comunidade Poço da Onça - 20 crianças;

46

09. Creche Planeta Doce - Comunidade Araçás - 38 crianças;
10. Creche Doce Lar - Comunidade Santo André - 19 crianças;
11. Creche Castelinho do Guri - Distrito de Caxitoré - 105 crianças;
12. Creche João e Maria - Comunidade Serrote - 22 crianças;
13. Creche Caminho do Saber - Comunidade Miranda - 25 crianças;
14. Creche Sossego da Mamãe - Comunidade Maniçobinha - 30 crianças;
15. Creche Tia Emilia - Comunidade Bom Futuro - 21 crianças;
16. Creche Recanto Feliz - Comunidade Riacho Verde - 33 crianças;
17. Creche Vovó Eunice - Comunidade Faz. Brasília - 25 crianças;
18. Creche Vovó Alaíde:

- Prefeitura - Distrito de São Joaquim - 45 crianças;
- Associação Comunitária de São Joaquim - 35 crianças;

Convênio da Prefeitura p/ 705 crianças;

Convênio da Fundação p/ 30 crianças.

Convênio da Ass. Comunitária de São Joaquim p/ 35 crianças.

- **Programa Ação Continuada - Idosos** (Desenvolvido pela Prefeitura Municipal e Fundação Joana Gomes da Silva).  
Público alvo - idosos a partir de 60 anos.

Objetivo - proporcionar convívio em grupo e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

- Fundação Joana Gomes da Silva - 100 idosos
- Prefeitura Municipal - 200 idosos
  - 50 idosos atendidos na Sede;
  - 30 idosos atendidos no Moreira (localidade);
  - 70 idosos atendidos no Distrito de São Joaquim;
  - 50 idosos atendidos no Distrito de Caxitoré.
- Fundação tem convênio para 100 idosos.
- Prefeitura tem convênio para 200 idosos.

- **Concessão de Benefícios Eventuais** (auxílio alimentação, auxílio funerário, serviços cartorários - auxílio para obtenção de documentação legal).

Público alvo - famílias de baixa renda.

Objetivo - beneficiar famílias que se encontram em condição de privação econômica, ou risco pessoal ou social.

7

- **Capacitação para o trabalho**

*Público alvo - parcela da população que desenvolve ou pretende desenvolver atividade produtiva / comercial.*

*Objetivo - capacitar a população local através de cursos de aperfeiçoamento para o trabalho.*

*\* Mais de 332 pessoas participaram de cursos do SENAC e também de Cursos apoiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no ano de 2.001*

- **Projeto São José**

*Público alvo - comunidades rurais*

*Objetivo - combater a pobreza, oportunizando trabalho à população rural, na área produtiva, de infra-estrutura e social.*

- **Atendimento mensal pelo furgão PREVMÓVEL**

*Público alvo - pessoas em idade de aposentar-se, deficientes físicos, viúvas de aposentados, mães agricultoras.*

*Objetivo - proporcionar à população o acesso aos serviços previdenciários e assistenciais disponibilizados pelo INSS (aposentadoria, pensão alimentícia, auxílio doença, salário maternidade, benefício de prestação continuada).*

*- 50 atendimentos (média mensal) - 1ª terça-feira de cada mês.*

- **Projeto Melhorias Sanitárias** (Liberação de Kits Sanitários através da Fundação Nacional de Saúde).

*Público alvo - famílias pobres que não possuem dependências sanitárias nas casas em que habitam.*

*Objetivo - melhorar a qualidade de vida das famílias atendidas, através da construção de banheiros e educação sanitária.*

*Nº de famílias que serão atendidas com kits sanitários:*

- Bairro Tancredo Neves (Sede): 67*
- Distrito de São Joaquim: 50*

*46*

- **Encaminhamento de solicitações de cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e próteses ortopédicas ao Núcleo de Benefícios Eventuais da SETAS.**

Público alvo - deficientes físicos com poucos recursos financeiros.

Objetivo - oportunizar o acesso destes deficientes aos objetos necessários a uma melhor qualidade de vida.

- **Habitar Brasil** - Construção de Unidades Habitacionais.

Público alvo - famílias com renda mensal de até 03 salários mínimos.

Objetivo - elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida em localidades urbanas ou rurais, situadas em áreas de risco e ocupadas por sub-habitações.

Nº de famílias que serão atendidas com casas: (Programa HABITAR BRASIL)

- \* Sede - 20 casas (parcialmente concluídas)
- Distrito de São Joaquim - 10 casas (concluídas)
- Distrito de Caxitoré - 13 casas (à construir)

-

- **Pastotal da Criança - Igreja Católica**

Público alvo - Crianças de 00 a 06 anos

Objetivo - combater e prevenir a desnutrição infantil.

\* Nº de crianças atendidas pela Pastoral da Criança

- 557 crianças.

47

## 1.6. CAMPO DE AÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL.

Os indicadores sociais do Município demonstram claramente os desafios a serem enfrentados na construção de uma sociedade mais justa, onde a parcela da população vitimada pelo processo de exclusão, tenha acesso aos direitos sociais e uma condição de vida mais digna.

Faz-se necessário desenvolver a Assistência Social com centralidade na família, especificamente as famílias pobres, cuja renda per capita não seja suficiente para suprir as necessidades básicas dos seus membros através da aquisição de bens e serviços.

Os membros que compõem estas famílias, sejam eles crianças, adolescentes, jovens, idosos, deficientes, desempregados., deverão ser assistidos por meio da rede de proteção e inclusão social, através de ações (benefícios, serviços, programas, projetos) desenvolvidos tanto em âmbito público quanto filantrópico. É necessário assegurar que as atividades desenvolvidas com estas pessoas possibilitem a promoção humana, permitindo que elas, através de um processo de crescimento e valorização pessoal, passem a ser sujeitos ativos da promoção da realidade em que vivem e das pessoas com quem convivem.

Diante da complexa questão social que se coloca em nossa realidade é preciso organizar as ações da assistência social em um sistema descentralizado e participativo, uma vez que "este sistema oportuniza a efetiva partilha de poder, a definição de competências das três esferas de Governo, a prática da cidadania participativa por meio de Conselhos de Assistência Social e as transferências de responsabilidades pela execução dos serviços, programas e projetos para os municípios, devidamente acompanhados do correspondente repasse de recursos." (Apresentação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - Lei N° 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Publicação de novembro de 1997, Brasília).

Concluimos então, que no decorrer das atividades assistenciais, a articulação com as demais políticas públicas surge, como estratégia fundamental à proteção e inclusão social, além de possibilitar a ampliação dos serviços, dinamizar o atendimento e viabilizar o desenvolvimento do indivíduo em diferentes aspectos.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. GERAL

Possibilitar o enfrentamento da questão social, através de ações (benefícios, serviços, programas e projetos) que visem atender aquela parcela da população que se encontra à margem da sociedade, *excluída do mercado e em situações de vida adversas*, construindo uma linha de trabalho que estabeleça alianças com as demais políticas públicas, visando a instauração e execução de um sistema descentralizado e participativo da assistência social, que se fortaleça na relação *Estado e Sociedade*.

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Atender crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social, de forma a contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento físico, intelectual, pessoal e social;
- Atender a idosos, deficientes físicos e famílias consideradas vulnerabilizadas, em situação de risco provisória ou permanente, garantindo-lhes proteção social;
- Incentivar a prática do associativismo, visando conscientizar a população para a importância da organização e participação da comunidade na busca de soluções para os problemas comuns;
- Garantir, através de ações específicas, a concretização de direitos fundamentais ao exercício da cidadania, apoiando a organização da população e favorecendo o seu crescimento como cidadãos;
- Proporcionar condições necessárias ao trabalhador para desenvolver seu potencial produtivo e assim, permanecer ou ingressar no mercado de trabalho (formal ou informal).

### 3. PRIORIDADES

- Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social;
- Garantir assistência à idosos, deficientes físicos e famílias que se encontram em condições de privação econômica, risco social ou pessoal, como abandono, violência familiar, ausência de moradia, *entre outras situações*;
- Incentivar e apoiar o associativismo, tendo como perspectiva colaborar para o processo de organização e participação da população na implantação e implementação de um sistema *descentralizado e participativo da assistência social*;
- Apoiar a organização popular com ações que visem a garantia e concretização de direitos fundamentais ao exercício da cidadania social;
- Promover condições necessárias para que a população possa desenvolver o seu potencial produtivo, através de projetos comunitários que possibilitem a criação de emprego, geração de renda, *capacitação profissional e melhoria das condições de infraestrutura*.

#### 4. ESTRATÉGIAS

- Desenvolver ações com centralidade na família;
- Estabelecer relações de intersectorialidade com as demais políticas públicas, como estratégia de inclusão social;
- Desenvolver ações voltadas ao resgate e proteção das crianças, adolescentes e jovens do Município, que se encontrem em situação de risco, visando o seu desenvolvimento integral (físico, intelectual, pessoal e social) a partir da construção e reforma de creches, implantação de programas e projetos assistenciais. *Contando com o apoio da comunidade, em especial da família, já devidamente sensibilizada quanto à importância de apoiar a juventude em seu complexo processo de crescimento e desenvolvimento.*
- Desenvolver atividades que visem atender as necessidades emergenciais e/ou permanentes das famílias vulnerabilizadas, idosos e deficientes físicos, colocando-os na posição de cidadãos que necessitam de apoio assistencial (Programas, Projetos, Serviços, Ações) para o seu engajamento na sociedade, através de atividades produtivas, culturais e sociais, que possibilitem a inclusão e o resgate da auto-estima desses grupos.
- Esclarecer a população quanto à importância da união na busca de soluções para os problemas que afetam a coletividade, através da disseminação de informações sobre o que são e qual a importância das Associações, em encontros com a comunidade nos bairros, distritos e localidades, bem como através da mídia local (rádio), para a partir de então prestar assessoria na legalização e organização das novas Associações e fortalecimento das já existentes.
- Realizar atividades que envolvam a comunidade em geral e possibilitem a efetivação de direitos básicos e fundamentais ao exercício da cidadania, com acesso rápido e facilitado à informações, bens e serviços.

9

- Desenvolver ações de atenção ao trabalhador em diferentes frentes, ou seja, viabilizar, através da capacitação, a sua preparação para ingressar no mercado de trabalho, viabilizar o desenvolvimento do potencial produtivo dos indivíduos, grupos e comunidades através de incentivo e apoio financeiro e administrativo; viabilizar o fluxo das mercadorias produzidas, tornando-as conhecidas na região e na própria capital do Estado através de exposições industriais, artesanais e culturais.

7





















## 6. RECURSOS HUMANOS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Secretaria Municipal de Assistência Social:

N/O	PESSOAL	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
01	Secretária Municipal de Assistência Social	2º Grau completo
01	Assistente Social	3º Grau completo
03	Agentes Comunitários	2º Grau completo
01	Agente Comunitário	3º Grau completo
01	Agente Administrativo	2º Grau completo
01	Agente Administrativo	2º Grau incompleto
01	Chefe da Divisão de Programas de Assistência à Família.	2º Grau incompleto
01	Chefe de Divisão de Programas de Melhoria Habitacional.	1º Grau incompleto
01	Chefe da Divisão de Programa de Proteção à Gestante.	1º Grau incompleto
01	Chefe da Divisão de Programa de Assistência ao Idoso.	2º Grau incompleto
01	Chefe da Unidade de Acompanhamento ao Idoso.	1º Grau completo
01	Chefe da Unidade de Proteção à Criança.	1º Grau completo
01	Chefe da Unidade de Assistência Comunitária.	2º Grau incompleto
01	Chefe de Departamento de Assistência Social.	2º Grau completo
01	Diretor de Departamento de Assistência Social.	3º Grau completo
02	Auxiliares de Serviços Gerais.	1º Grau incompleto
02	Vigias.	Analfabetos

- Creches Municipais:

N/O	PESSOAL	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
02	Monitores	3º Grau completo
30	Monitores	2º Grau completo
02	Dentistas	3º Grau completo
34	Auxiliares de Serviços	1º Grau incompleto

## 7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS

A Secretaria Municipal de Assistência Social funciona em um prédio alugado, no centro da cidade. Contando com 07 (sete) dependências, onde são realizados os atendimentos da Secretaria, que dispõe de um computador.

A Prefeitura possui dois prédios de creche, um na Sede e outro no Distrito de Caxitoré.

O prédio de creche da Sede é considerado modelo, possui 04 salas de aula, banheiros adaptados para as crianças, cantina, refeitório, escovódromo, sala de diretoria e área verde.

O prédio de creche do Caxitoré também é considerado modelo, possui uma sala de aula bem ampla, cantina, refeitório, escovódromo, banheiros adaptados para as crianças.

Os dois prédios de creche precisam de ampla reforma.



## 8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- **Como se dará?**

A concretização das ações e o alcance das metas propostas no Plano Plurianual de Assistência Social dependem, dentre outros aspectos, de um eficiente sistema de avaliação e monitoramento.

O sistema de monitoramento deve contar com aquisição contínua de dados e informações sobre os recursos humanos, financeiros, materiais e serviços; sobre as atividades desenvolvidas e sobre os produtos (resultados obtidos), através da realização de visitas, aplicação de pesquisas, formulários e questionários, reuniões com representantes das comunidades rurais e das associações de bairros, atendimento psicossocial individualizado.

Estes dados e informações serão submetidos à avaliação conjunta de representantes da Administração Pública Municipal, Entidades Assistenciais e Beneficiários da Assistência Social, tendo em perspectiva observar as metas previstas e alcançadas e os recursos previstos e aplicados, as mudanças produzidas na qualidade de vida dos usuários da assistência e a qualidade do atendimento.

- **Periodicidade**

O monitoramento deve ser feito durante todo o processo de realização das atividades, utilizando-se os meios mais adequados e eficazes de coleta de dados para cada etapa de desenvolvimento das ações.

Assim será possível obter informações sempre atualizadas e formular relatórios diagnosticando as etapas do processo, além de possibilitar avaliações periódicas junto ao público alvo.

A partir dos relatórios, contendo todas as informações necessárias para observar se as ações estão se desenvolvendo bem, se as metas estão sendo atingidas, se os recursos estão sendo bem aplicados, dentre outros pontos, será possível reunir, a cada seis meses, representantes do poder público municipal, dos conselheiros, das entidades assistenciais e dos beneficiários para realizarem uma avaliação mais aprofundada.

- **Recursos Humanos, envolvidos:**

O processo de monitoramento e avaliação envolverá direta ou indiretamente todos que trabalham na área de assistência social no Município, já que as ações irão se desenvolver em vários setores.

*Estarão à frente do processo:*

- Secretária Municipal de Assistência Social;
- Assistente Social - Técnica Social do Município;
- Serão responsáveis pela coleta de dados e informações:
- Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Assistência Social.

- **Definição de instrumental para coleta de dados:**

- Pesquisa de indicadores da saúde, educação e sociais;
- Visitas aos locais onde estejam sendo desenvolvidas as ações assistenciais;
- *Visitas domiciliares;*
- Aplicação de pesquisas, formulários e questionários;
- Reuniões;
- Atendimento psicossocial individualizado.

- **Escolha de indicadores:**

- Nº de crianças atendidas nas creches;
- *Frequência das crianças nas creches;*
- Nº de creches em funcionamento;
- Qualidade da estrutura das creches em funcionamento;
- Equipamentos existentes nas creches;
- *Nº de crianças sem atendimento em creches;*
- Atividades realizadas com crianças e adolescentes em risco;
- Nº de encontros realizados entre monitores de creche e pais de crianças atendidas;
- *Nº de brinquedotecas instaladas;*
- Desenvolvimento das crianças a partir da instalação das brinquedotecas;
- Nº de cursos de reciclagem e capacitação profissional realizados com os profissionais e educadores que atuam nas creches e pré-escolas;



- Nº de adolescentes inscritos em cursos de qualificação para o trabalho;
- Nº de Projetos Sociais encaminhados à SEAS / SETAS;
- Nº de campanhas educativas voltadas a prevenção às drogas e gravidez precoce realizadas;
- Dados da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Conselho Tutelar;
- Nº de idosos atendidos em grupos de convivência;
- Nº de deficientes atendidos em entidades assistenciais;
- Nº de famílias em situação de risco atendidas;
- Nº de cursos de capacitação realizados com os conselheiros e dirigentes de associações;
- Nº de Seminários realizados com a rede prestadora de serviços assistenciais;
- Nº de entidades comunitárias assessoradas;
- Nº de cursos sobre políticas públicas realizados com entidades assistenciais;
- Nº de novos sócios nas entidades comunitárias assistidas;
- Nº de multiplicadores sociais capacitados;
- Nº de escolas e entidades assistidas pelos multiplicadores;
- Nº de ações de fortalecimento da cidadania realizadas;
- Nº de cursos profissionalizantes realizados;
- Nº de pessoas inscritas nos cursos profissionalizantes;
- Nº de projetos comunitários apoiados;
- Nº de galpões multifabris implantados;
- Nº de hortas comunitárias implantadas;
- Índice de desenvolvimento escolar dos adolescentes e crianças atendidas por programas e projetos;
- Taxa de evasão de crianças e adolescentes participantes dos programas e projetos;
- Taxa de evasão dos idosos participantes de grupos de convivência;
- Taxa de permanência de idosos de grupos de convivência.

- **Tratamento e divulgação dos dados**

Os dados obtidos serão postos em confronto com as metas propostas para que seja possível observar quais delas foram atingidas e as que deverão ser, destacando os aspectos qualitativos e quantitativos alcançados com o desenvolvimento das ações propostas no Plano Plurianual da Assistência Social.

As informações serão repassadas à sociedade civil através de reuniões ampliadas, folders e programas de rádio local.



**9. CAPACITAÇÃO DO PESSOAL ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Como se dará?).**

Realizar cursos e treinamentos com representantes das entidades que prestam serviços assistenciais no Município, funcionários da S.M.A.S., representantes das associações comunitárias e de bairros, sobre a Política de Assistência Social (O que é; a quem se destina; qual o seu propósito, etc.) e também sobre as demais políticas públicas.

Toda a equipe da Secretaria de Assistência Social participará de encontros mensais, conduzidos por profissionais capacitados, onde serão trabalhados temas como: convívio em grupo, equipe de trabalho, comunicação, desenvolvimento profissional, atendimento ao público, etc., a fim de que a equipe se desenvolva emocional e profissionalmente e possa realizar o seu trabalho com eficiência, visando a efetivação dos direitos sociais.



## 10. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Entidade	Tipologia de Atendimento	Endereço
- Fundação Joana Gomes da Silva	- Crianças em creches e Idosos em grupo de convivência	- Major Sales - bairro dos trabalhadores - CEP 62.660-000
- Prefeitura Municipal	- Crianças em creches e Idosos em grupo de convivência	- Major Sales, 28 - bairro do Cruzeiro - CEP 62.660-000
- Associação Comunitária de São Joaquim	- Crianças em creches	- Distrito de São Joaquim
- Pastoral da Criança	- Crianças de 0 a 6 anos (combate e prevenção da desnutrição infantil)	- Major Sales, 804 - Centro - CEP 62.660-000